

Consolidação de Dados para o PGA 2026-2027

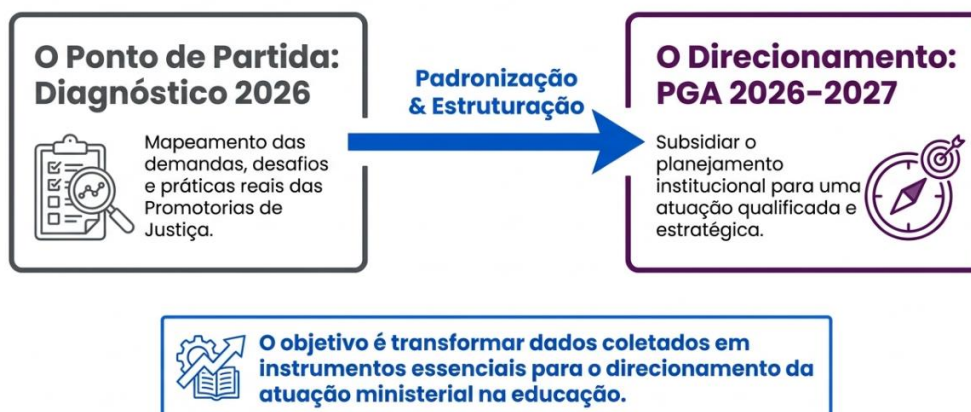


APRESENTAÇÃO

O documento apresenta um diagnóstico detalhado realizado pelo Ministério Público do Estado do Ceará sobre as demandas e desafios das Promotorias de Justiça na atuação em Educação.

A análise destaca que temas como **transporte escolar e educação inclusiva** configuram as maiores prioridades, revelando uma necessidade de **padronização da atuação, fortalecimento da fiscalização e ampliação da estrutura de atendimento**, especialmente no que se refere à segurança dos estudantes e à garantia de direitos de alunos com deficiência.

Os dados apontam predominância de atuação **ampla, com maturidade institucional intermediária e forte dependência de denúncias como fonte de evidência**, mas indicam, ao mesmo tempo, **potencial de fortalecimento por meio de integração, uso de dados e atuação preventiva**, especialmente nas comarcas do interior do estado.



Este diagnóstico tem por objetivo consolidar informações para subsidiar a elaboração do Plano Geral de Atuação para 2026–2027, instrumento essencial do planejamento institucional do MPCE, voltado à qualificação e ao direcionamento estratégico da atuação ministerial na área educacional.”

PALAVRA DO CAOEDUC

Como Promotor de Justiça, entendo que a nossa missão constitucional de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis exige uma atuação proativa, que supere o modelo meramente reativo. Diante da complexidade dos desafios contemporâneos, este Relatório de Planejamento Estratégico consolida os programas institucionais como ferramentas indispensáveis de transformação social, organizando nossos recursos para salvaguardar o direito fundamental à educação.

Nesse cenário de indução estratégica, a atuação do Ministério Público, por meio de seu Centro de Apoio Operacional da Educação, concentra esforços prioritários em duas frentes emergenciais: a fiscalização rigorosa da regularidade e segurança do transporte escolar, e o combate à violência no ambiente escolar — com especial enfoque no enfrentamento da sutil e perniciosa influência de organizações criminosas nas escolas cearenses, que ameaça a integridade de crianças e adolescentes. Traduzir o nosso compromisso legal em entregas concretas, protetivas e resolutivas é o caminho definitivo para liderar as soluções que a sociedade espera e merece

METODOLOGIA

Inicialmente foi elaborado um inventário de macro temas junto ao Centro de Apoio que delimitariam o formulário de levantamento de informações do diagnóstico.

O formulário para diagnóstico foi criado no Microsoft Forms (Microsoft 365) e distribuído eletronicamente a todas as Promotorias de Justiça do estado do Ceará, focando temáticas de **EDUCAÇÃO** e atuação transversal.

A coleta ocorreu em **MAIO de 2026**, com perguntas mistas (seleção múltipla, escalas 1-5, abertas).

Os dados do formulário foram analisados isoladamente e posteriormente por meio de análises cruzadas e por matriz SWOT. Por meio dessa análise, foram constatadas a necessidade de iniciativas que potencializassem a atuação ministerial frente à matriz SWOT analisada.

Por fim, essas iniciativas serão agrupadas em PROGRAMAS TEMÁTICOS para compor a elaboração do PGA 26-27 e do Mapa Setorial, e ainda, pormenorizadas para compor o Plano de Atuação do CAO.

PERFIL DAS RESPOSTAS

A pesquisa contou com **24 respostas únicas**, todas provenientes de unidades de atuação no **Primeiro Grau**, distribuídas entre promotorias de entrância inicial (11), intermediária (6) e final (7). Quanto ao perfil de atuação, observa-se predominância de unidades com **ampla atuação institucional (18 respostas)**, frente a um número reduzido de promotorias com **atuação especializada em educação (4 respostas)**. Ainda assim, a quase totalidade dos respondentes (**22 unidades**) declarou possuir atribuição formal na defesa do direito à educação, indicando que a temática está disseminada no âmbito institucional, ainda que majoritariamente inserida em estruturas não especializadas.

Retrato da Pesquisa: Metodologia e Perfil



24 Respostas Únicas

Coleta realizada em maio/2026, com foco exclusivo em unidades de atuação no Primeiro Grau. Amostra qualitativamente relevante.



Forte Presença do Interior

Participação majoritária de comarcas fora da capital (ex: Sobral, Camocim, Chorozinho, Eusébio), refletindo a realidade de acesso às políticas públicas.



Atuação Ampla vs. Especializada

18 unidades com atuação ampla contra 4 especializadas. Contudo, 22 respondentes possuem atribuição formal na defesa do direito à educação.

Do ponto de vista territorial, as respostas apresentam **predominância do interior do Estado**, com participação minoritária da capital. A leitura dos dados identifica contribuições de diversas comarcas, com destaque para municípios como **Sobral, Camocim, Chorozinho, Horizonte, Bela Cruz, Cruz, Amontada, Uruoca, Cedro, Paracuru, Beberibe, Boa Viagem, Crato, Cariré/Groaíras, Eusébio e Senador Sá**, além de algumas unidades de **Fortaleza**. Essa distribuição indica que o conjunto de respostas reflete majoritariamente a realidade do interior, especialmente em contextos com características próprias relacionadas à oferta de serviços educacionais, infraestrutura e acesso a políticas públicas.

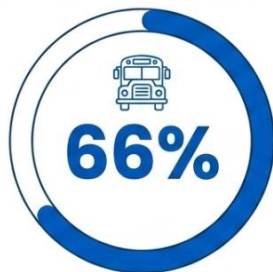
Por fim, registra-se que, embora o número absoluto de respostas seja reduzido, trata-se de uma **amostra qualitativamente relevante**, uma vez que contempla unidades com diferentes níveis de maturidade, entrâncias e experiências práticas na área educacional. A presença de promotorias com atuação mais estruturada ou especializada contribui para a representatividade qualitativa dos dados, permitindo identificar padrões institucionais relevantes e subsidiar a elaboração do diagnóstico com base em experiências concretas relatadas pelos próprios membros.

PRINCIPAIS TEMAS

Para fins analíticos, considerou-se como **temas de alta demanda** aqueles mencionados por **mais de 50% das respostas (≥ 12 ocorrências)**.

**MPCE**Ministério Público
do Estado do Ceará**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

As Duas Grandes Prioridades

**Transporte Escolar (16 respostas)****Educação Inclusiva (15 respostas)**

“Esses dois eixos concentram a parcela mais relevante das rotinas institucionais, associando-se diretamente às condições mínimas de acesso e permanência na escola.”

Com base nesse critério, destacam-se:

- **Transporte escolar** – 16 respostas (~66%)
- **Educação inclusiva (AEE, profissional de apoio, acessibilidade)** – 15 respostas (~62%)

Esses dois eixos aparecem de forma reiterada tanto na seleção de prioridades quanto nas descrições qualitativas dos respondentes, evidenciando presença constante na atuação das unidades.

O levantamento revela que a atuação institucional em educação está fortemente concentrada em dois campos principais: **transporte escolar** e **educação inclusiva**. No primeiro caso, as respostas abertas associam o tema a inspeções, segurança da frota, regularidade de motoristas, fiscalização contratual e proteção da integridade dos estudantes, especialmente em áreas rurais. Já na educação inclusiva, os relatos enfatizam com frequência a **insuficiência de profissionais de apoio**, a necessidade de efetivação do AEE e a adequação da rede para atendimento de alunos com deficiência.

Além da frequência quantitativa, chama atenção o fato de que ambos os temas estão associados, nas respostas, a demandas operacionais recorrentes e de impacto direto sobre o funcionamento cotidiano das escolas. Isso se evidencia pela presença de descrições voltadas a fiscalização contínua, garantia de condições mínimas de acesso e permanência na escola e necessidade de atuação estruturada do Ministério Público. Assim, os dados indicam que esses eixos concentram parcela relevante das rotinas institucionais e das demandas concretas enfrentadas pelas unidades, conforme percebido pelos próprios respondentes.

**MPCE**Ministério Público
do Estado do Ceará**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

Transporte Escolar

Raio-X: Transporte Escolar



O Cenário Atual

- ✓ Preocupação constante com a segurança física dos estudantes.
- ✓ Irregularidades na manutenção da frota e habilitação de condutores.
- ✓ Riscos agravados nas zonas rurais.
- ✓ Ausência de padronização nas inspeções locais.



Oportunidades de Atuação

- ✓ Fortalecer a fiscalização preventiva antes da judicialização.
- ✓ Criar kits e checklists padronizados institucionais.
- ✓ Atuação integrada com DETRAN e conselhos municipais.
- ✓ Uso de painéis de dados (BI).

I – Justificativa

As respostas abertas indicam recorrente preocupação com **segurança dos estudantes, regularidade da frota, manutenção dos veículos, habilitação de condutores e fiscalização contratual**. Há menções a inspeções, atuação conjunta com DETRAN e necessidade de prevenir riscos especialmente em áreas rurais. Além disso, parte dos respondentes relata atuação habitual, mas com **heterogeneidade na estrutura local e ausência de padronização**, o que reforça a necessidade de apoio institucional. As evidências trazidas incluem relatos de inspeções, irregularidades, riscos à integridade física e necessidade de controle mais sistemático.

II – Oportunidades de atuação

As respostas convergem para oportunidades em **fortalecer fiscalização preventiva e integrada, padronizar procedimentos (checklists, kits, modelos), ampliar uso de dados (BI e painéis)** e intensificar a articulação com órgãos como DETRAN, municípios e conselhos. Também se destaca a possibilidade de atuação extrajudicial orientativa, com foco em regularização do serviço antes da judicialização e acompanhamento contínuo das condições operacionais.

**MPCE**Ministério Público
do Estado do Ceará**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

Educação Inclusiva

Raio-X: Educação Inclusiva



O Cenário Atual

- ✓ Percepção generalizada de déficit estrutural (Nota de suficiência: 2,41 de 4).
- ✓ Insuficiência crônica de profissionais de apoio.
- ✓ Carência grave de Atendimento Educacional Especializado (AEE).
- ✓ Limitações de acessibilidade física.



Oportunidades de Atuação

- ✓ Monitoramento sistemático da oferta de AEE.
- ✓ Articulação para induzir a criação de cargos municipais.
- ✓ Fomentar a capacitação da rede escolar.
- ✓ Estruturar mecanismos de acompanhamento contínuo da inclusão.

I – Justificativa

As respostas abertas apontam, de forma reiterada, **insuficiência de profissionais de apoio escolar, carência de AEE, limitações de acessibilidade e necessidade de capacitação das equipes**. O consolidado indica ainda média baixa de suficiência da oferta (2,41 de 4), evidenciando percepção generalizada de déficit estrutural. As evidências trazidas incluem relatos de ausência ou insuficiência de apoio especializado, dificuldades na implementação de políticas inclusivas e necessidade de garantir atendimento adequado a alunos com deficiência.

II – Oportunidades de atuação

As respostas indicam oportunidades em **monitorar a oferta de AEE e profissionais de apoio, fomentar capacitação da rede, induzir cumprimento de normativas legais e estruturar mecanismos de acompanhamento sistemático**. Também se destacam ações voltadas à **articulação institucional para criação de cargos, fortalecimento da inclusão efetiva nas escolas e acompanhamento das políticas públicas educacionais**, com base em evidências coletadas nas unidades.

**MPCE**Ministério Público
do Estado do Ceará

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

ANÁLISE SWOT (FOFA)

Matriz SWOT (FOFA) Institucional

FORÇAS

- Capilaridade institucional instalada.
- Uso ativo de materiais do CAOEDUC.
- Acúmulo de experiências práticas em transporte e extrajudicial.

OPORTUNIDADES

- Padronização de fluxos e kits de apoio técnico.
- Ampliação da atuação baseada em dados (BI).
- Aprimoramento em temas estruturantes (FUNDEB, Inclusão).

FRAQUEZAS

- Maturidade institucional intermediária.
- Forte dependência de denúncias (atuação reativa).
- Déficit crônicos de equipe e apoio técnico.

AMEAÇAS

- Risco crítico de violência escolar e facções.
- Desigualdade territorial nas políticas públicas.
- Fragilidade na institucionalização da rede intersetorial.

Forças

- **Atuação já estruturada em alguns eixos:** o transporte escolar apresenta atuação habitual em 15 unidades e níveis mais elevados de estruturação em parte relevante dos casos.
- **Disponibilidade e uso de materiais institucionais:** materiais do CAOEDUC são utilizados por 13 respondentes, evidenciando reconhecimento e aproveitamento de ferramentas já existentes.
- **Acúmulo de experiências práticas relatadas nas respostas abertas:** há descrição detalhada de atuação extrajudicial, inspeções, articulação com órgãos e uso de instrumentos como recomendações, indicando base empírica relevante para padronização.

Oportunidades

- **Demanda explícita por padronização e apoio técnico:** alta recorrência de pedidos por kits de atuação, checklists, modelos, painéis e capacitações, sobretudo em transporte, violência e FUNDEB.
- **Potencial de atuação preventiva e estruturada:** respostas abertas sugerem fortalecimento de fluxos, protocolos, monitoramento e atuação extrajudicial coordenada.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- **Ampliação da atuação baseada em dados:** demanda por sistemas, BI e integração de informações aparece como necessidade tecnológica recorrente.
- **Fortalecimento da articulação intersetorial:** respostas indicam espaço para integração com educação, assistência social, saúde e segurança pública, especialmente na prevenção à violência.
- **Aprimoramento da atuação em temas estruturantes:** FUNDEB, evasão escolar e educação inclusiva aparecem como áreas com espaço claro para qualificação técnica e institucional.

Fraquezas

- **Maturidade institucional intermediária e heterogênea:** predominância nos níveis 2 e 3, com apenas 3 unidades no nível consolidado, indicando ausência de uniformidade.
- **Atuação majoritariamente pontual em temas estratégicos:** prevenção à violência (15 respostas pontuais) e FUNDEB (14 pontuais) mostram baixa sistematização.
- **Baixo uso de dados estruturados:** apenas 7 respondentes indicam uso de indicadores oficiais, enquanto denúncias aparecem em 20 respostas, revelando predominância de atuação reativa.
- **Déficits institucionais recorrentes:** insuficiência de equipe (11), carência de apoio técnico (13) e falta de capacitação (11) destacam limitações estruturais.
- **Fragilidade na educação inclusiva:** média de suficiência de 2,41 de 4 e recorrência de relatos de falta de profissionais de apoio e AEE.

Ameaças

- **Risco relevante de violência no ambiente escolar:** 14 respondentes classificam o aliciamento por facções como relevante ou crítico, indicando impacto direto no contexto educacional.
- **Fragilidade da articulação intersetorial:** predominância de níveis parcial, muito frágil ou inexistente, o que pode comprometer a efetividade das ações.
- **Desigualdade territorial na estrutura das políticas públicas:** heterogeneidade nos níveis de transporte, PREVINE e educação inclusiva evidencia cenários distintos entre comarcas.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- **Atuação institucional dependente de demandas externas:** forte dependência de denúncias como principal fonte de evidência pode limitar planejamento estratégico.
- **Limitações estruturais internas persistentes:** déficits de equipe, capacitação e apoio técnico tendem a restringir a ampliação e qualificação da atuação.

A análise SWOT evidencia um cenário em que o MPCE possui **capilaridade, experiência prática e atuação relevante já instalada**, especialmente em temas como transporte escolar, mas apresenta **fragilidades estruturais e operacionais que limitam a padronização, a atuação preventiva e o uso de dados**. Ao mesmo tempo, as respostas indicam **alto potencial de evolução institucional**, com oportunidades claras para indução de melhorias por meio de instrumentos técnicos, integração de informações, capacitação e fortalecimento da atuação intersetorial.

Boas Práticas Relatadas

As boas práticas identificadas nas respostas abertas não configuram, em seu conjunto, uma política institucional estruturada e padronizada, mas revelam **capacidade de inovação local, adaptação e protagonismo dos membros**, especialmente diante de limitações de equipe, dados e integração sistêmica. O diagnóstico evidencia que essas práticas, embora pontuais e heterogêneas, poderiam ser **capturadas, sistematizadas e difundidas** como referenciais institucionais, ampliando a resolutividade da atuação em educação.

A Força das Boas Práticas Locais



- Implementação de **fiscalização preventiva do transporte escolar**, com foco em regularização antes da judicialização.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- Atuação indutora para **articulação intersetorial** entre educação, assistência, saúde e segurança pública.
- Uso de **recomendações e termos de compromisso** como estratégia prioritária de solução extrajudicial.
- Realização de **inspeções periódicas e relatórios técnicos** com apoio de órgãos como DETRAN.
- Monitoramento sistemático da **aplicação do FUNDEB e atuação junto ao CACS** para qualificar controle social.
- Desenvolvimento de **ações preventivas em violência escolar** com foco em cultura de paz e identificação precoce de risco.
- Atuação para garantir **profissionais de apoio e AEE na educação inclusiva**, com acompanhamento contínuo.
- Utilização de **fluxos extrajudiciais estruturados** para acompanhamento de políticas públicas educacionais.
- Promoção de **capacitação da rede escolar e sensibilização de gestores** como estratégia de indução de políticas públicas.
- Acompanhamento da **oferta de vagas na educação infantil**, com cobrança de expansão e planejamento municipal.

As boas práticas se concentram em uma abordagem **preventiva, extrajudicial e articulada**, com foco em fiscalização qualificada, indução de políticas públicas e atuação em rede — ainda que de forma dispersa e dependente de iniciativas locais.

Casos Emblemáticos Relevantes

Há **registros pontuais nas respostas abertas que podem ser considerados casos ou situações emblemáticas**, ainda que descritos de forma sintética pelos respondentes.

Exemplo identificado:

- Relato de **impacto da violência associada a facções no ambiente escolar**, com referência à *“integração de alunos em organizações criminosas, gerando temor e violência nas instituições de ensino”*.

Embora não sejam descritos como “casos narrativos completos”, esses registros evidenciam situações críticas concretas percebidas nas comarcas, com potencial relevância direta para o diagnóstico.

**MPCE**Ministério Público
do Estado do Ceará**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

ACHADOS RELEVANTES

Há alguns **achados relevantes nas respostas que merecem registro**, tanto pela relevância temática quanto pelo potencial impacto estratégico no diagnóstico:

Achados Relevantes da Pesquisa



Inteligência e Dados

Forte demanda por dados dinâmicos em tempo real (evasão, frequência) e integração de sistemas, superando a atuação baseada apenas em denúncias.



Visibilidade Institucional

Alto índice de “não sei informar” sobre FUNDEB/CACS e PROERD, evidenciando fragilidade na circulação de informações estruturantes.



Desigualdade Territorial

Recorrência qualitativa de demandas agravadas na zona rural, impactando diretamente o acesso, infraestrutura e permanência.



Abordagem Preventiva

Consenso de que a atuação deve ser estruturante e articulada (fluxos e ações educativas), não apenas repressiva, indicando alta maturidade conceitual.

1. Alto nível de “não sei informar” em temas estruturais (evidência de baixa visibilidade institucional)

- **Evidência:** 7 respondentes indicaram “**não sei informar**” sobre funcionamento do **CACS/FUNDEB**. 7 também indicaram **não possuir informação suficiente sobre o PROERD**
- **Justificativa:**
Esse padrão não indica ausência da política pública, mas **falta de conhecimento institucional sobre ela**, o que é relevante. Trata-se de um sinal de fragilidade na **circulação de informação e monitoramento sistemático**, impactando diretamente a capacidade de atuação qualificada.

2. Forte menção à necessidade de dados em tempo real e integração de sistemas

- **Evidências:** “acompanhamento em tempo real de alunos fora da escola” - “integração entre escolas, secretaria e Ministério Público” - “ferramentas para acompanhar frequência e indicadores”
- **Justificativa:**
Mais do que uma demanda tecnológica genérica, as respostas indicam **necessidade concreta de inteligência operacional**, com foco em dados dinâmicos (evasão, frequência, execução orçamentária). Esse ponto reforça fortemente a lacuna estrutural em **gestão de informação aplicada à atuação finalística**.

3. Presença recorrente de demandas na zona rural

- **Evidências:** menções a “estudantes da zona rural” no transporte - necessidade de vagas na educação infantil “especialmente na zona rural” - problemas estruturais em escolas rurais
- **Justificativa:**
Embora não sistematizado estatisticamente, há recorrência qualitativa indicando que **desigualdade territorial (urbano x rural)** é fator relevante nas demandas. Isso impacta diretamente temas como transporte, acesso, infraestrutura e permanência escolar.

4. Forte presença de abordagem preventiva nas respostas (não apenas repressiva)

- **Evidência:** repetição de termos como “prevenção”, “ação educativa”, “articulação”, “fluxos”, “acompanhamento extrajudicial”
- **Justificativa:**
Mesmo com atuação muitas vezes pontual, há um padrão consistente de percepção de que a atuação deve ser **preventiva e estruturante**, e não apenas reativa. Isso é relevante porque indica **maturidade conceitual da atuação**, ainda que não plenamente implementada.

5. Baixa institucionalização da articulação intersetorial (dependência de iniciativas individuais)

- **Evidência:** categoria predominante: “articulação parcial, dependente de iniciativas individuais” (9 respostas) - presença de respostas apontando ausência ou fragilidade de fluxos
- **Justificativa:**
Esse achado é estrutural: a articulação existe, mas **não é institucionalizada nem protocolizada**, dependendo de iniciativas pessoais. Isso representa risco de descontinuidade e baixa replicabilidade das boas práticas.

Esses registros revelam aspectos que vão além dos temas principais (transporte e inclusão), evidenciando:

- fragilidade na **produção e circulação de informação**
- necessidade de **inteligência e dados aplicados**
- impacto relevante das **desigualdades territoriais (zona rural)**
- tendência positiva de **orientação preventiva**
- ausência de **padronização na articulação intersetorial**

**MPCE**Ministério Público
do Estado do Ceará

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Contribuições Relevantes para Transversalidade

Educação como Eixo Transversal



1. Integração com a rede de proteção (assistência, saúde, Conselho Tutelar)

As respostas abertas reiteram a necessidade de atuação conjunta entre **educação, assistência social, saúde e Conselho Tutelar**, especialmente na prevenção de violências, evasão e situações de vulnerabilidade.

- Justifica atuação integrada com áreas de **Infância e Juventude, Saúde e Assistência Social**.

2. Articulação com segurança pública (violência e facções)

Diversos respondentes mencionam a necessidade de atuação articulada com **segurança pública**, sobretudo diante de aliciamento por facções e violência escolar.

- Conecta diretamente com **área criminal, controle externo da atividade policial e cidadania**.

3. Interface com controle de políticas públicas e patrimônio público (FUNDEB)

As respostas sobre FUNDEB indicam necessidade de monitorar **execução orçamentária, transparência e aplicação de recursos públicos**.

- Permite integração com **patrimônio público, controle externo e fiscalização contábil/orçamentária**.

4. Conexão com direitos humanos e inclusão social

A recorrência de demandas relacionadas à **educação inclusiva, acessibilidade, atendimento a alunos com deficiência e vulnerabilidade social** evidencia forte dimensão de direitos fundamentais.

- Dialoga diretamente com **Direitos Humanos, Inclusão Social e Pessoa com Deficiência**.

5. Relação com infraestrutura, meio ambiente e direito urbanístico

As respostas apontam problemas estruturais como **transporte escolar, saneamento, água potável e condições físicas das escolas**.

- Possibilita atuação transversal com **meio ambiente, urbanismo, infraestrutura e saúde pública**.

Os dados mostram que a atuação em educação, conforme relatada pelos respondentes, é **intrinsecamente transversal**, envolvendo simultaneamente dimensões sociais, orçamentárias, de segurança e de infraestrutura. Essa característica permite estruturar projetos futuros com abordagem integrada, articulando diferentes áreas do MPCE em torno de problemas comuns identificados na base empírica das respostas.

Ações Estratégicas CAOEDUC/MPCE (Biênio 26-27)

A partir da matriz SWOT consolidada, boas práticas, casos emblemáticos e contribuições transversais fornecidas, elaboramos algumas ações.

**MPCE**Ministério Público
do Estado do Ceará**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

Ações Estratégicas para 2026-2027 (Foco Temático)

#transporte

Padronização da Fiscalização

Desenvolver kit com checklist, fluxos e modelos para inspeção contínua e preventiva.

#inclusão

Fortalecimento da Oferta Inclusiva

Criar protocolo de monitoramento e induzir adequação estrutural e de profissionais de apoio/AEE.

#fundeb

Capacitação Técnica

Promover formações práticas focadas na análise de dados e fiscalização da aplicação dos recursos.

#violência

Estruturação PREVINE

Definir fluxos padronizados e protocolos intersetoriais de prevenção no ambiente escolar.

Ações Estratégicas para 2026-2027 (Foco Estrutural)

#inteligência
& #dados**Painel de Monitoramento Integrado**

Estruturar BI e sistema integrado com dados de vagas, transporte e evasão para apoiar a tomada de decisão.

#articulação

Cooperação Intersetorial Institucionalizada

Instituir modelo formal de cooperação contínua entre educação, saúde, assistência e segurança pública.

#resolutividade

Fortalecimento da Atuação Extrajudicial

Sistematizar modelos e ampliar o uso estratégico de recomendações e TACs com acompanhamento.

#estrutura

Apoio Técnico às Promotorias

Disponibilizar suporte técnico especializado (engenharia, contabilidade, análise de dados) para qualificar a atuação local.

1. Padronização da Fiscalização do Transporte Escolar #transporte

Justificativa: Respostas indicam fiscalização frequente, porém heterogênea e sem padrão único.

Descrição: Desenvolver kit com checklist, fluxos e modelos padronizados para atuação preventiva e inspeção contínua pelas Promotorias.

2. Programa de Fortalecimento da Educação Inclusiva #inclusão

Justificativa: Relatos recorrentes de falta de AEE e profissionais de apoio.

Descrição: Criar protocolo de monitoramento da oferta inclusiva e induzir municípios à adequação estrutural e de pessoal.

3. Capacitação Técnica em FUNDEB #fundeb

Justificativa: Atuação majoritariamente pontual e demanda expressiva por conhecimento técnico.

Descrição: Promover capacitações práticas com fluxos, análise de dados e fiscalização da aplicação dos recursos.

4. Implantação de Painel de Monitoramento Educacional #inteligência

Justificativa: Baixo uso de indicadores e alta dependência de denúncias.

Descrição: Estruturar painel integrado com dados de vagas, transporte, evasão e inclusão para apoio à tomada de decisão.

5. Estruturação da Atuação em Violência Escolar (PREVINE) #violência

Justificativa: Atuação majoritariamente pontual e PREVINE com fragilidades.

Descrição: Definir fluxos padronizados, protocolos intersetoriais e mecanismos de monitoramento das ações preventivas.

6. Programa de Articulação Intersetorial #articulação

Justificativa: Predominância de articulação parcial ou frágil entre redes.

Descrição: Instituir modelo de cooperação formal entre educação, saúde, assistência e segurança pública.

7. Plano de Fortalecimento da Atuação Extrajudicial #resolutividade

Justificativa: Respostas destacam uso recorrente de recomendações e termos como prática eficaz.

Descrição: Sistematizar modelos e ampliar uso estratégico de instrumentos extrajudiciais com acompanhamento contínuo.

8. Programa de Apoio Técnico às Promotorias #estrutura

Justificativa: Alto registro de falta de apoio técnico e insuficiência de equipe.

Descrição: Disponibilizar suporte técnico especializado (engenharia, contabilidade, dados) para atuação qualificada.

9. Monitoramento da Educação Infantil (vagas e estrutura) #infantil

Justificativa: Parte relevante das respostas aponta atendimento apenas parcial da demanda.

Descrição: Criar metodologia de diagnóstico municipal e acompanhamento do déficit de vagas e infraestrutura.

10. Integração de Bases de Dados Educacionais #dados

Justificativa: Respostas indicam necessidade de integração e compartilhamento de informações.

Descrição: Desenvolver sistema integrado com acesso simplificado a dados educacionais e indicadores estratégicos.

11. Programa de Prevenção ao Aliciamento e Violência #segurança

Justificativa: Reconhecimento do risco de facções no ambiente escolar.

Descrição: Estruturar ações integradas com segurança pública e rede escolar focadas em prevenção e identificação precoce.

12. Capacitação da Rede Escolar (gestores e equipes) #capacitação

Justificativa: Demandas recorrentes por qualificação da rede educacional.

Descrição: Promover formações sobre inclusão, prevenção à violência e gestão escolar com apoio do MPCE.

As ações propostas refletem diretamente os dados coletados, priorizando **padronização, capacitação, uso de dados, articulação intersetorial e fortalecimento da atuação preventiva**, alinhando-se às forças, oportunidades e fragilidades identificadas nas respostas.

**MPCE**Ministério Público
do Estado do Ceará**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

VINCULAÇÃO CNMP

Através de uma análise **mais restrita** e objetiva das ações propostas em relação às iniciativas propostas pelo MPCE para o **RADAR CNMP - 2026**, seguem vínculos sustentáveis.

Alinhamento Nacional: Aderência ao RADAR CNMP

AÇÃO MPCE	DIRETRIZ RADAR CNMP	
Monitoramento da Inclusão Educacional	1.4.04 - Direitos Humanos e Vulneráveis	[ALTA ADERÊNCIA]
Painel de Monitoramento Institucional	2.1.2.1 - Estruturação de Ciência de Dados	[ALTA ADERÊNCIA]
Estruturação em Violência Escolar	1.1.1.2 - Segurança e Organizações Criminosas	[ALTA ADERÊNCIA]
Capacitação e Fiscalização FUNDEB	1.5.2.1 - Monitoramento do Ciclo Orçamentário	[ALTA ADERÊNCIA]

AÇÃO PROPOSTA	INICIATIVA CNMP (RADAR)	ADERÊNCIA	JUSTIFICATIVA
Fortalecimento da Educação Inclusiva	1.4.04.1 / 1.4.04.2 – Direitos humanos e grupos vulneráveis	Alta	A inclusão educacional conecta diretamente com proteção de minorias e grupos vulneráveis, núcleo central das ações de direitos humanos do CNMP.
Capacitação Técnica em FUNDEB	1.5.2.1 – Monitoramento do ciclo orçamentário	Alta	O CNMP prioriza acompanhamento de orçamento público; capacitação em FUNDEB é instrumento direto para execução dessa diretriz.
Painel de Monitoramento Educacional	2.1.2.1 – Estruturação de ciência de dados	Alta	A ação proposta materializa exatamente a diretriz de uso de dados para tomada de decisão prevista no RADAR.
Estruturação da Atuação em Violência Escolar	1.1.1.2 / 1.2.1.1 – Segurança pública e organizações criminosas	Alta	Violência escolar, especialmente com facções, converge diretamente com foco em segurança e combate ao crime organizado.
Programa de Articulação Intersectorial	1.3.1.1 – Articulação e cooperação entre MPs	Alta	A proposta coincide diretamente com a diretriz de atuação em rede e integração institucional prevista pelo CNMP.



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Fortalecimento da Atuação Extrajudicial	1.4.02.1 – Práticas resolutivas na educação	Alta	A ação do CNMP foca atuação resolutiva na política educacional, alinhando-se diretamente ao uso de instrumentos extrajudiciais.
Monitoramento da Educação Infantil	1.4.02.1 – Ampliação da oferta educacional	Alta	A ampliação de oferta (tempo integral) indica foco em expansão educacional, compatível com monitoramento da educação infantil.
Integração de Bases de Dados Educacionais	2.1.2.1 / 1.1.2.2 – Ciência de dados e base nacional	Alta	Integração de dados locais está diretamente alinhada com a diretriz de bases nacionais e uso de inteligência de dados.
Prevenção ao Aliciamento e Violência	1.2.1.1 – Controle de organizações criminosas	Alta	A ação proposta coincide diretamente com o enfrentamento à atuação de organizações criminosas previsto pelo CNMP.

A maior parte das ações propostas apresenta **aderência alta**, especialmente nos eixos:

- **inteligência e dados**
- **segurança pública e violência**
- **governança e orçamento (FUNDEB)**
- **articulação institucional**

Isso decorre do fato de que o RADAR é fortemente orientado a:

- integração institucional
- uso de dados
- atuação em rede
- fortalecimento de políticas públicas estruturantes

CONCLUSÃO

A análise consolidada das respostas evidenciou que a atuação do MPCE na área da educação está estruturada sobre bases relevantes — como capilaridade institucional, experiência prática e iniciativas locais resolutivas —, mas ainda marcada por fragmentação, heterogeneidade e limitações estruturais que impactam a padronização, o uso de dados e a articulação intersetorial. Os principais temas identificados, especialmente **transporte escolar e educação inclusiva**, concentram demandas recorrentes e operacionais, ao mesmo tempo em que revelam desafios estruturais que exigem atuação mais coordenada, preventiva e baseada em evidências, conforme apontado pelos próprios respondentes.



MPCE

Ministério Público
do Estado do Ceará

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O Ponto de Inflexão Institucional

Mais do que registrar fragilidades, este diagnóstico evidencia a possibilidade concreta de transformar práticas dispersas em uma ação estratégica integrada.

O cenário exige uma transição de uma atuação reativa e heterogênea para um modelo orientado a resultados, inteligência de dados e verdadeiro impacto social na vida dos estudantes cearenses.

Ao mesmo tempo, o diagnóstico demonstra um cenário de **alto potencial de evolução institucional**, sustentado pela convergência entre as demandas locais e as diretrizes nacionais do CNMP, sobretudo nos eixos de dados, integração e governança. A consolidação dessas oportunidades exige direcionamento estratégico, padronização de práticas e fortalecimento da atuação em rede.

Mais do que registrar fragilidades, este diagnóstico evidencia um ponto de inflexão institucional: a possibilidade concreta de transformar práticas dispersas em ação estratégica integrada, orientada a resultados e impacto social.



“O futuro da educação exige clareza no diagnóstico e solidez na atuação ministerial.”

SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Modernização Administrativa
Ministério Público do Estado do Ceará

Elaborado pela SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Modernização Administrativa